



Teresa Leitão tenta reduzir mal estar com Alcolumbre

Teresa Leitão admite “um mal estar profundo” no Senado

A senadora Teresa Leitão (PT-PE) vê-se à frente de um desafio complicado. Teve que substituir na liderança do Governo um dos mais experientes políticos de seu partido, o senador Jaques Wagner (BA), guindado pelo rolo do Banco Master. Teresa Leitão não tem toda a experiência de Wagner. Foi deputada estadual por duas vezes em Pernambuco e está no seu primeiro mandato como senadora. Para além da experiência menor, assume a liderança num momento complicado. É ano eleitoral em um país que segue muito polarizado. Com uma forte oposição que, no Senado, viu-se fortalecida pelos problemas correntes na relação mais recente do governo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Teresa Leitão não enxerga uma crise nesse relacionamento, uma situação de atrito mais difícil de se resolver. Mas ela admite: “Houve um mal estar profundo”.

Rejeição de Messias ainda repercute

Teresa Leitão se refere à quase inédita situação na qual uma indicação do presidente da República para o Supremo Tribunal Federal (STF) foi rejeitada pelo Senado. Quando o Senado derrubou a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, fez algo que só tinha acontecido antes em 1894, no governo Floriano Peixoto, o segundo e complicado presidente da República brasileira, que governou o tempo quase todo em Estado de Sítio, com poderes ditatoriais. Desde então, azedou o relacionamento Alcolumbre.



Jaques Wagner deixou liderança em momento delicado

“Bola para a frente”, prega a senadora

“Tenho trabalhado para resolver isso desde que assumi a liderança”, diz a líder do Governo. O Correio Político participou de entrevista com Teresa Leitão ao programa Direto de Brasília, do jornalista Magno Martins em parceria com o Diário de Pernambuco. E essas respostas são decorrentes das perguntas feitas por este colunista. “O presidente Lula teve um nome que não foi aprovado. Bola para a frente”, diz ela. O problema é tocar essa bola adiante, como a senadora deseja, com as pautas de interesse do governo.

Presidente do Senado muito visado

“Davi Alcolumbre está muito visado, por conta do fim da 6x1”, entende Teresa Leitão. Para a líder do Governo, esse hoje é o ponto maior do conflito. O fim da escala de trabalho 6x1 é uma das principais bandeiras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na sua tentativa de reeleição. Passou com certa facilidade na Câmara dos Deputados, porque lá teve o apoio do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Fim da 6x1

O fim da 6x1, porém, empaca no Senado desde que lá chegou no dia 28 de maio. Nem enviada para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a primeira etapa de tramitação, ela foi. Teresa Leitão ainda tinha esperança de ver o tema votado este semestre na CCJ. Não conseguiu. Esta sexta-feira (17) é o último dia antes do recesso.

Segundo semestre

Assim, ficará tudo para o próximo semestre, premido pelas eleições em outubro deste ano. O tempo será muito curto. O desejo do governo é conseguir aprovar o fim da 6x1 ainda em agosto, quando o Congresso retornar. Trata-se de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que exige quórum qualificado e votação em dois turnos.

“Não ouvi não”

Se o Senado alterar alguma coisa no projeto, ele ainda terá de voltar para a Câmara. Apesar de tudo isso, Teresa Leitão evita aumentar o “mal estar” com Alcolumbre. “Posso me gabar de não ter recebido nenhum não de Alcolumbre até agora”, diz a líder do Governo. “Pautas têm sido acolhidas. Outras têm sido adiadas”, diz ela.

Atrito

“Institucionalmente, as relações prosseguem”, afirma a senadora. “Se há algum atrito com o presidente Lula, o que não acredito, que tenha perdurado até hoje, isso pode ser resolvido”, prossegue. “Havendo problema, se o presidente Lula tiver que conversar com o presidente Alcolumbre, essa conversa haverá”, confia a líder do governo.

Pauta-bomba

Teresa Leitão também relativiza o papel de Alcolumbre na aprovação da pauta-bomba da redução da aposentadoria dos agentes de saúde, aprovada na terça-feira (14). O Ministério da Fazenda calcula um impacto de R\$ 27 bilhões no orçamento. Para a senadora, Alcolumbre não tinha saída, dada a pressão dos demais parlamentares.

60 senadores

Segundo a líder do governo, o presidente do Senado tinha sobre a sua mesa um requerimento assinado por 60 senadores pedindo a colocação do projeto na pauta. Segundo Teresa Leitão, o cálculo é mais do que simples. No total, são 81 senadores. “Ou seja, era pautar e votar”, diz ela. Só houve um voto contrário. O mal estar entra em recesso...



Nunes Marques acatou reclamação de que vídeo provoca desinformação

Nunes Marques manda excluir vídeo com ataques a Flávio

Presidente do TSE atendeu ao pedido do PL contra a postagem no YouTube

Por **Gabriela Gallo**

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, determinou a remoção de um vídeo no Youtube que associa, sem comprovação, o senador e pré-candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao crime organizado e à organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

A liminar parcial emitida pelo magistrado nesta quinta-feira (16) é voltada para o influenciador Thiago dos Reis, do canal “Plantão Brasil”. O ministro atendeu a um pedido do Partido Liberal (PL).

O vídeo que foi alvo para ser derrubado tem o título: “PF pega ligação de Bolsonaros com PCC e Bolsonaro se desespera e joga Flávio na fogueira!! Traições!”, publicado em 26 de junho. Em cinco dias, o vídeo alcançou 152 mil visualizações, 25 mil curtidas e 1.137 comentários.

O vídeo se refere às investigações referentes ao filme biográfico do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) “Dark Horse”. Para além das conversas entre Flávio Bolsonaro e o dono do Banco Master Daniel Vorcara para financiar o longa-metragem, o vídeo se refere às investigações da Polícia

Civil do Estado de São Paulo (PC SP) contra Karina Gama, dona do Instituto Conhecer Brasil (ICB) e da produtora Go Up Entertainment, produtora do filme “Dark Horse”. Karina é acusada de irregularidades na contratação e execução de serviços, em contrato firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o ICB.

O PL acusa o vídeo de promover narrativas falsas contra Flávio Bolsonaro. Segundo a sigla, o conteúdo do vídeo acusa o senador de envolvimento em crimes como lavagem de dinheiro, peculato (quando um funcionário público que se apropria ou desvia recursos de que tem a posse devido ao cargo para benefício próprio), evasão de divisas e de manter ligação com a facção criminosa. E segundo o partido, não há provas comprovadas ou indícios que comprovem tais afirmações.

“[O PL] defende que tais imputações são apresentadas ao eleitorado como fatos comprovados e consumados, e não como hipóteses ou linhas investigativas em curso, muito embora não exista, até a presente data, qualquer decisão judicial, indiciamento formal, denúncia ou conclusão de qualquer natureza que ateste a prática”.